

Termo de Referência 23/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	MARCELO FREIRE COSTA	21/02/2025 15:44 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		00094.000025/2025-78

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 00094.000025/2025-78)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de sistema de áudio de comunicação com tradução simultânea e consecutiva com recurso criptográfico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (\$)	VALOR TOTAL (\$)
1	Sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DWSYS1AIM, composto pelos seguintes itens: - 04 (quatro) transceptores Mod.400-AIM; - 09 (nove) receptores Mod. 400 RCH; - 01 (um) microfone plug-in Mod. MIC 414; - 02 (dois) microfones com fones (headset) Mod. MIC144; - 01 (um) microfone lapela Mod. 454; - 01 (um) microfone Mod. 449; - 09 (nove) fones de ouvido Mod. EAR 022; - 01 (um) suporte de conexão Mod.	486229	CONJUNTO	4	137.500,00	550.000,00

Digi-Wave DWD 401; - 01 (uma) case Mod.CHG 412 PRO; - 01 (uma) capa de silicone cinza CCS 061 GR; - 02 (duas) capas de silicone azul CCS 061 BL; - 01 (uma) capa de silicone vermelha CCS 061 RD; - 09 (nove) capas de silicone preta CCS 061 BK.					
--	--	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da solicitação de fornecimento, em remessa única.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação será inserido no PCA 2025, oportunamente, a ser aprovada pela Autoridade Competente, observando as disposições do inciso II do art. 15 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, abaixo transcrito:

"Art. 15. Durante o ano de sua elaboração, o plano de contratações anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:
I - no período de 15 de setembro a 15 de novembro do ano de elaboração do plano de contratações anual, para a sua adequação à proposta orçamentária do órgão ou da entidade encaminhada ao Poder Legislativo; e
II - na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual, para adequação do plano de contratações anual ao orçamento aprovado para aquele exercício".(grifo nosso)

Adoção do Sistema de Registro de Preços

2.3. Inicialmente, nos reportamos ao inciso II do caput do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, onde prevê que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa e o consumo anual, observando:
*II - processamento por meio de sistema de registro de preços, **quando pertinente**;*(grifo nosso)

2.3.1. O inciso XLV da Lei nº 14.133/2021, para definição do sistema de registro de preços, define:

XLV- sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta

*ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a **para contratações futuras**;(grifo nosso)*

2.3.2. Ainda sobre o sistema de registro de preços, o inciso I do art. 2º do Decreto nº 11.462/2023, considera que:

I- sistema de registro de preços -

*SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens **para contratações futuras**;(grifo nosso)*

2.4. Ademais, conforme dispõe o art. 3º do Decreto 11462/2023, o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial nas hipóteses previstas.

2.5. De acordo com a fundamentação legal, a equipe técnica considerou não ser pertinente adotar o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, uma vez que o planejamento da contratação identificou o quantitativo específico para atender à demanda constante, conforme a tabela apresentada no item 8. do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

2.6. Ainda nesse sentido, a pretensa licitação não prevê contratações ou aquisições futuras, determinando que a entrega do objeto deverá ser fornecida em remessa única, conforme subitem 10.2 do ETP, não havendo contratações permanentes ou frequentes. Nesse sentido, não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 O sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DWSYS1AIM, será composto pelos seguintes itens:

- 3.2.1. 04 (quatro) transceptores Mod.400-AIM
- 3.2.2. 09 (nove) receptores Mod. 400 RCH
- 3.2.3. 01 (um) microfone plug-in Mod. MIC 414
- 3.2.4. 02 (dois) microfones com fones (headset) Mod. MIC144
- 3.2.5. 01 (um) microfone lapela Mod. 454
- 3.2.6. 01 (um) microfone Mod. 449
- 3.2.7. 09 (nove) fones de ouvido Mod. EAR 022
- 3.2.8. 01 (um) suporte de conexão Mod. Digi-Wave DWD 401
- 3.2.9. 01 (uma) case Mod.CHG 412 PRO
- 3.2.10. 01 (uma) capa de silicone cinza CCS 061 GR
- 3.2.11. 02 (duas) capas de silicone azul CCS 061 BL
- 3.2.12. 01 (uma) capa de silicone vermelha CCS 061 RD
- 3.2.13. 09 (nove) capas de silicone preta CCS 061 BK

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade e socioambiental

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.1.2. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 4.1.3. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 4.1.4. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- 4.1.5. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

4.2. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no que couber.

4.3. Utilizar critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis, previstos no artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.4. Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição de 2021, instituído pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que couber, com destaque para o conteúdo do seu item 1.2.4.

4.5. A contratada e seus dirigentes assumem o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

4.6. A contratada se compromete a não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nº 29 e 105.

Indicação de marcas ou modelos

4.7. De acordo com a Lei nº 14.133/21, Art. 41, inciso I, alíneas "a" e "c", apresentam-se as justificativas para a indicação da marca e modelo a serem adquiridos, com base na necessidade de padronização do objeto e na exclusividade da solução, a fim de atender de forma eficiente às necessidades do contratante. Na presente contratação será admitida a indicação do sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DWSYS1A, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.

Da exigência de amostra

4.8. Não será exigida amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

4.9. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.12. Na presente licitação, não haverá reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o valor do item da pretensa contratação ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, da Lei Complementar no 123/2006.

Margem de Preferência:

- Não se aplica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, de segunda a sexta-feira em horário das 08h às 11:30h e das 14h às 17:30h.

5.4. Os bens deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues em suas embalagens e lacres íntegros originais do fabricante, devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais, na qual constarão as indicações referentes a: marca/ fabricante e modelo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. A contratada deverá garantir a manutenção dos bens, contra defeitos de fábrica, conforme termo de garantia ou equivalente devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. Conforme prescreve o Art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta dias), deverá ser substituído o equipamento por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano

de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das

prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “e” do subitem 7.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

7.2.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

7.2.4.5. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SI serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.29. Não será admitida cessão de crédito não fiduciária.

8.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (27/01/2025).

8.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A3] [A4]

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A5]

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Não será exigida.

Qualificação Técnica

9.22. Não será exigida.

9.23. De acordo com o inciso III do Art. 70 da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a exigência de documentação de Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica, conforme disposto nos subitens 9.21 e 9.22.

9.23.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como um bem de entrega imediata, cuja natureza e especificidades não demandam análise aprofundada da capacidade técnica ou da saúde econômico-financeira da contratada. Não há riscos significativos que justifiquem tal exigência. Ademais, a ausência de obrigações continuadas garantem que eventuais impactos decorrentes de incapacidade técnica ou financeira sejam mínimos e plenamente gerenciáveis.

9.23.2. A dispensa da documentação está amparada em base legal e atende aos princípios da eficiência e economicidade que regem a administração pública, permitindo maior celeridade ao processo licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a qualidade do objeto a ser contratado.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), conforme custos unitários apostos no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, por conta da Unidade Gestora: 110.001 – Secretaria de Administração da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República..

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

A informação sobre a dotação orçamentária será indicada depois da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e consequentemente a contratação será inserida no PCA 2025, oportunamente, a ser aprovada pela Autoridade Competente, observando as disposições do inciso II do art. 15 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, abaixo transcrito:

"Art. 15. Durante o ano de sua elaboração, o plano de contratações anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:

I - no período de 15 de setembro a 15 de novembro do ano de elaboração do plano de contratações anual, para a sua adequação à proposta orçamentária do órgão ou da entidade encaminhada ao Poder Legislativo; e

II - na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual, para adequação do plano de contratações anual ao orçamento aprovado para aquele exercício".(grifo nosso)

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O tratamento das informações do presente Termo de Referência não houve necessidade de classificá-las, conforme prescreve a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações.

Brasília, na data da assinatura.

HERNANDO SOARES ARAUJO

Equipe de Contratação

MARCELO FREIRE COSTA

Equipe de Contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

4.1.17. Transferir conhecimento técnico quanto à configuração e utilização do Sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DWSYS1AIM à Equipe Técnica da Presidência da República;

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.2.3. Indenizações e multas.

5.3. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.4. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HERNANDO SOARES ARAUJO

Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 21/02/2025 às 15:44:36.

MARCELO FREIRE COSTA

Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 21/02/2025 às 14:42:27.

Estudo Técnico Preliminar 232/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00094.000025/2025-78

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo refere-se à aquisição de um sistema de áudio de comunicação com tradução simultânea e consecutiva com recurso criptográfico. O sistema deverá incluir especificações técnicas como suporte a múltiplos canais de tradução simultânea, protocolos de criptografia, além de capacidade de processamento suficiente para atender às demandas de segurança e eficiência em chamadas internacionais. Tal solução se faz necessária para padronizar e viabilizar a tradução de línguas estrangeiras, durante chamadas telefônicas entre o Presidente da República com Chefes de Estado, garantindo eficiência, segurança e qualidade na comunicação.

2.2. A necessidade da contratação decorre de uma demanda específica apresentada pela Assessoria Especial Internacional, com anuência do Gabinete Pessoal da Presidência da República. A análise técnica e a viabilidade da solução foram atribuídas à Diretoria de Tecnologia (DITEC), que, após avaliação detalhada dos requisitos, identificou como principais limitações, no sistema atual, a ausência de recursos avançados para suporte às traduções simultâneas e consecutivas e a limitação na qualidade de áudio para interlocuções multilíngues. Essas limitações impactam diretamente na eficiência das traduções durante as ligações telefônicas, especialmente em diálogos que exigem clareza e precisão linguística.

2.3. Embora a Presidência da República tenha à disposição soluções robustas para chamadas e recebimento de ligações telefônicas, como um sistema próprio de PABX, telefones IP/SIP e segurança criptográfica, essas soluções necessitam de ajustes para atender às demandas específicas de áudio de alta qualidade. A solução deve permitir a configuração de canais de áudio independentes para múltiplas traduções, garantindo a precisão da comunicação. Esses recursos suplementam as soluções existentes, otimizando tanto a qualidade quanto a segurança das chamadas telefônicas.

Funcionamento do Sistema de Áudio para Comunicação com Tradução Simultânea e Consecutiva com recurso criptográfico

2.4. O objetivo da solução é atender às exigências da Assessoria Especial Internacional da Presidência da República para chamadas telefônicas internacionais. Isso será alcançado por meio da ampliação das capacidades técnicas, incluindo suporte a múltiplos canais de tradução que assegurem clareza sonora fidedigna. A solução visa garantir uma comunicação eficiente e segura, integrando-se ao equipamento de audioconferência já existente na Presidência da República, especialmente em negociações diplomáticas e governamentais que exigem precisão nas traduções.

Conceito

2.5. O sistema é formado por equipamentos de comunicação digital portátil especialmente projetado para interpretação, que permite realizar traduções de idiomas em diferentes ambientes, de maneira a propiciar modo de perguntas e respostas, alternar facilmente entre idiomas durante conversas que necessitam ser interpretadas em outros idiomas. O sistema ainda permite criar nomes de canais personalizados, usar um modo de controle para programação offline, conta ainda com o benefício de divisão de subgrupos e podendo configurar até 24 canais independentes.

2.5.1. Entre outras funcionalidades, o sistema permite a realização de interpretações simultâneas, garantindo a transmissão clara e precisa de traduções de línguas estrangeiras. Para isso, é necessária a participação de um intérprete, que pode atuar em apresentações, visitas guiadas, reuniões de negócios e outras ocasiões.

2.6. Os testes em laboratório viabilizaram o funcionamento do sistema de áudio de comunicação com tradução simultânea e consecutiva, que consistirá nas conexões de entrada do microfone e saída auxiliar em equipamento de audioconferência SIP, utilizado atualmente na Presidência da República. As conexões utilizam cabos com conector RJ9 conectado ao equipamento de audioconferência e conector de 3,5mm (P2) mono conectados aos equipamentos do sistema.



2.7. O sistema funciona de maneira independente e não se integra a rede de dados e voz da Presidência da República, apenas se conecta ao aparelho telefônico, utilizando criptografia de 87 + 128 bits, com PIN criptográfico e bloqueio para configurações. Dessa forma garante que, se existir alguém com intenção maliciosa, próximo ao ambiente, utilizando dispositivo, que permita capturar algum sinal de transmissão, não conseguirá devido a criptografia do sistema. A área de cobertura do sistema se limita em alguns metros e barreiras físicas, como paredes, comprometem o sinal de transmissão.

2.8. Em ambientes com a presença do Presidente da República, são ambientes que dispõem de segurança institucional e que tem um rígido controle de segurança, o que contribui ainda mais com um ambiente reservado, seguro e a informação confidencial assegurada impossibilitando agentes externos, mal intencionado, de tentar capturar alguma transmissão ou conversa reservadas da Autoridade máxima da República.

2.9. O intérprete ficará com dois transceptores, um para tradução em português e o outro para o idioma proposto. Os demais transceptores ficarão conectados ao equipamento de audioconferência, destinados a receber o sinal criptografado do sistema e transmitir a tradução durante a chamada telefônica. No momento da chamada, o intérprete será responsável por gerenciar o uso dos transceptores com os idiomas envolvidos na ligação.

2.10. O receptor da chamada utilizará um receptor conectado ao fone de ouvido para escutar a tradução, por meio de um canal exclusivo, em frente ao equipamento de audioconferência, mantendo o diálogo com o interlocutor do outro lado da linha.

2.11. Em paralelo, os canais de transmissão do sistema estarão configurados por meio de sinal criptografado, na frequência de 2,4 GHz. Os canais são definidos da seguinte forma:

- Canal A: Tradução para o português.
- Canal B: Chamada telefônica recebida no idioma proposto.
- Canal C: Intérprete em tradução simultânea e consecutiva.

2.11.1. Dessa forma, o intérprete utilizará um fone com um microfone conectado a um dos transceptores para receber a chamada telefônica em um canal exclusivo. Os demais participantes/assessores presentes durante a ligação poderão utilizar receptores com fones e escolher o canal desejado para escutar a chamada com a tradução do intérprete em português, o áudio da chamada telefônica no idioma de origem ou ainda a tradução para o idioma estrangeiro da chamada.

Modalidade da Licitação

2.12. A modalidade para a licitação do objeto a ser contratado será por meio de Pregão Eletrônico.

2.13. A Equipe de Planejamento da Contratação foi devidamente autorizada pela Portaria nº 30, de 03 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a designação dos servidores indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem no planejamento da contratação para aquisição sistema de áudio para comunicação com tradução simultânea e consecutiva com recurso criptográfico para atender à Presidência da República.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coodenação Geral de Atendimento a Usuários e Telecomunicações	Ramon Eduardo Barros Barreto

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Diante das necessidades colocadas pela área requisitante, em síntese, segue abaixo as especificações técnicas mínimas para o sistema:

4.1.1. O sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DW SYS1AIM, será composto pelos seguintes itens:

- 4.1.1.1. 04 (quatro) transceptores Mod.400-AIM
- 4.1.1.2. 09 (nove) receptores Mod. 400 RCH
- 4.1.1.3. 01 (um) microfone plug-in Mod. MIC 414
- 4.1.1.4. 02 (dois) microfones com fones (headset) Mod. MIC 144
- 4.1.1.5. 01 (um) microfone lapela Mod. 454
- 4.1.1.6. 01 (um) microfone Mod. 449
- 4.1.1.7. 09 (nove) fones de ouvido Mod. EAR 022
- 4.1.1.8. 01 (um) suporte de conexão Mod. Digi-Wave DWD 401
- 4.1.1.9. 01 (uma) case Mod.CHG 412 PRO
- 4.1.1.10. 01 (uma) capa de silicone cinza CCS 061 GR
- 4.1.1.11. 02 (duas) capas de silicone azul CCS 061 BL
- 4.1.1.12. 01 (uma) capa de silicone vermelha CCS 061 RD
- 4.1.1.13. 09 (nove) capas de silicone preta CCS 061 BK

Indicação de marcas ou modelos

4.2. De acordo com a Lei nº 14.133/21, Art. 41, inciso I, alíneas "a" e "c", apresentam-se as justificativas para a indicação da marca e modelo a serem adquiridos, com base na necessidade de padronização do objeto e na exclusividade da solução, a fim de atender de forma eficiente às necessidades do contratante.

4.3. Conforme previsto na alínea "a" do Art. 41, inciso I, justifica-se a indicação da marca, pois visa garantir a compatibilidade e integração dos sistemas de monitoramento de áudio da Presidência da República com as soluções tecnológicas já implantadas. A solução proposta se fundamenta na eficiência tecnológica proporcionada pelas características específicas dos equipamentos, que, conforme testes realizados pela Coordenação de Gestão de Telefonia (COTEL), asseguram a segurança nas comunicações entre as partes envolvidas.

4.3.1. A padronização é relevante para o funcionamento eficiente da estrutura governamental, permitindo a integração contínua com o sistema PABX existente e outras soluções tecnológicas. Isso evita falhas de interoperabilidade e assegura uma operação estável e eficiente. Além disso, é ideal para situações que exigem comunicação bidirecional, como reuniões multilíngues e interpretação simultânea de alto nível em tempo real, sendo também imprescindível para otimizar os recursos tecnológicos e garantir a eficácia dos serviços prestados. Ressalta-se que a solução oferece funcionalidade exclusiva de comunicação bidirecional full-duplex em dispositivo portátil. A padronização do objeto é, portanto, essencial para a eficiência operacional e para a utilização otimizada dos recursos tecnológicos.

4.4. No que se refere à necessidade de solução exclusiva, conforme a alínea "c" do Art. 41, inciso I, após testes técnicos e análises realizadas pela COTEL, em colaboração com a Assessoria Especial da Presidência, foi verificado que a solução proposta pela marca indicada atende adequadamente às exigências operacionais da Assessoria Internacional da Presidência. A solução foi validada por meio de testes em laboratório com o sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DW SYS1AIM, o que comprovou sua eficácia técnica e compatibilidade com as exigências de chamadas telefônicas internacionais, especialmente no que tange à segurança criptografada. Além disso, a equipe técnica não localizou outras marcas ou modelos que atendam às exigências mínimas de desempenho e qualidade da marca proposta.

4.4.1. Os testes realizados confirmaram a viabilidade técnica e a qualidade operacional da solução proposta. A eficácia do equipamento foi validada por meio de uma ligação internacional (DDI) realizada pela Assessoria Especial Internacional, com a presença do Presidente da República, comprovando que a solução atende plenamente às exigências de qualidade.

4.4.2. Dada a impossibilidade de encontrar outras marcas ou modelos com o mesmo desempenho e qualidade, justifica-se a aquisição da marca indicada, pois ela representa a solução mais viável para atender integralmente às necessidades do Órgão, conforme estabelecido na alínea "c" do Art. 41, inciso I.

4.5. Adicionalmente, a padronização e exclusividade dessa solução são essenciais para a modernização e expansão dos recursos tecnológicos necessários à Presidência da República. Elas garantem a eficiência operacional nas traduções simultâneas e consecutivas durante chamadas telefônicas internacionais, tornando a adoção dessa solução indispensável para o atendimento eficaz das demandas operacionais e estratégicas, promovendo avanços significativos na estrutura tecnológica.

5. Demais requisitos

Requisitos Gerais

5.1. O sistema/equipamentos são considerados bens comuns, considerando suas características técnicas específicas que garantem a comunicação segura com qualidade de áudio, além de serem reconhecidos no cenário internacional como referência no mercado. Tais características poderão ser detalhadas de forma objetiva no edital, atendendo aos requisitos técnicos necessários e compatíveis com as finalidades da contratação.

5.2. A solução deverá ser compatível com as demandas elaboradas no Plano Anual de Contratações da Presidência da República com vistas a facilitar e viabilizar a execução das iniciativas registradas no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) para o exercício de 2025.

Requisitos Legais

5.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal; Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); Lei nº 9.784/1999 (Regula o processo administrativo); Lei 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); Instrução Normativa SEGES/MP nº 40/2020; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021; e outras legislações aplicáveis.

Requisitos de Garantia e manutenção

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.6. A contratada deverá garantir a manutenção dos bens, contra defeitos de fábrica, conforme termo de garantia ou equivalente devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações;

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

5.9. Entende-se por manutenção corretiva, aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

5.14. Conforme prescreve o Art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, deverá ser substituído o equipamento por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

Requisitos temporais

5.15. A entrega do objeto contratado deve se dar no prazo máximo de 30 (dias) dias corridos, contados do recebimento da solicitação de fornecimento, em remessa única;

5.16. O dia e horário para entrega dos produtos deve obedecer ao dia e horário de funcionamento da PR, de segunda a sexta-feira, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30, no seguinte endereço: Almojarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF.

Requisitos de prática de sustentabilidade e socioambiental

5.17. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no que couber;

5.18. Utilizar critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis, previstos no artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

5.19. Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição de 2021, instituído pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que couber;

5.20. Adotar ainda as iniciativas de logística sustentável, prevista no Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS/PR);

5.21. De acordo com o Guia Nacional Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras medidas, que serão observadas nesta contratação:

- baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

5.22. A contratada e seus dirigentes assumem o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

5.23. A contratada se compromete a não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nº 29 e 105.

Demais requisitos

5.24. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.24.1. Transferir conhecimento técnico à Equipe Técnica da Presidência da República, quanto à configuração e utilização do Sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DWSYS1AIM;

5.24.2. Os bens deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues, devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais;

5.24.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca/fabricante e modelo;

5.24.4. Responsabilizar-se pelos danos e vícios e decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12 a 25, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.24.5. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.24.6. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.24.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Dispensa do Sistema de Registro de Preços (SRP)

5.25. Inicialmente, nos reportamos ao inciso II do caput do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, onde prevê que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa e o consumo anual, observando:

*II - processamento por meio de sistema de registro de preços, **quando pertinente**; (grifo nosso)*

5.25.1. O inciso XLV da Lei nº 14.133/2021, para definição do sistema de registro de preços, define:

*XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens **para contratações futuras**; (grifo nosso)*

5.25.2. Ainda sobre o sistema de registro de preços, o inciso I do art. 2º do Decreto nº 11.462/2023, considera que:

*I - sistema de registro de preços -SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens **para contratações futuras**; (grifo nosso)*

5.26. Ademais, conforme dispõe o art. 3º do Decreto 11462/2023, o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial nas hipóteses previstas.

5.27. De acordo com a fundamentação legal, a equipe técnica considerou não ser pertinente adotar o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, uma vez que o planejamento da contratação identificou o quantitativo específico para atender às demandas deste estudo.

5.28. Ainda nesse sentido, a pretensa licitação não prevê contratações ou aquisições futuras, determinando que a entrega do objeto deverá ser fornecida em remessa única, não havendo contratações permanentes ou frequentes. Nesse sentido, não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Inicialmente, para o levantamento de mercado, conforme o Art. 9º, inciso III, da IN SEGES 58/2022, foram realizadas consultas sobre contratações similares promovidas por outros órgãos da Administração Pública Federal. O objetivo foi verificar a existência de soluções compatíveis ou similares que pudessem subsidiar a escolha da solução mais adequada para atender às necessidades descritas no presente estudo.

6.1.1. Durante a pesquisa sobre contratações similares feitas por outros órgãos, não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem à necessidade da Presidência da República.

6.2. Nesse sentido, o levantamento de mercado considerou empresas que poderiam fornecer a solução pretendida neste estudo, por meio de cotações formais.

6.3. Os critérios de avaliação levaram em conta aspectos como custo, qualidade, suporte técnico e conformidade com os normativos vigentes.

6.4. A alternativa de mercado escolhida foi orientada pela demanda específica do Gabinete Pessoal da Presidência da República, conforme registrado no Processo SEI nº 00063.003152/2024-13 e pela solução definido no item 4.1.1. Dessa forma, não foram consideradas comparações com outras alternativas.

6.5. A solução escolhida atende plenamente aos requisitos técnicos estabelecidos, garantindo compatibilidade com os sistemas e infraestrutura existentes, conformidade com as normativas vigentes e requisitos de segurança, além de proporcionar maior eficiência operacional.

6.6. A análise econômica foi realizada levando em consideração o custo total da aquisição em comparação com os benefícios gerados. Dessa forma, a solução escolhida demonstrou ser a mais vantajosa tecnicamente.

6.6.1. Cabe destacar que esta solução apresenta a melhor relação entre qualidade e atendimento aos requisitos da do Órgão. Além disso, a escolha desta solução demonstrou maior eficiência técnica, conforme resultados aferidos em laboratório.

6.7. Sob o aspecto econômico, a pesquisa foi realizada considerando parâmetros obtidos por meio de pesquisa direta com fornecedores, conforme previsto no inciso IV do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Portanto foi realizada pesquisa de mercado com potenciais fornecedores, considerando empresas especializadas no ramo de telecomunicações. Desta forma, foram enviadas 11 (onze) solicitações de orçamentos, ao qual recebemos somente 03 (três) propostas e está consolidada da Pesquisa de Preços.

6.8. A metodologia aplicada para a obtenção do preço estimado, de acordo com o Art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021, adotou como critério o **MENOR PREÇO**.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução como um todo, consiste na aquisição de um sistema de áudio de comunicação com tradução simultânea e recurso criptográfico com a finalidade de atender às necessidades da Presidência da República (PR). Essa solução se faz necessária para padronizar e viabilizar a tradução de línguas estrangeiras, durante chamadas telefônicas entre o Presidente da República com Chefes de Estado, garantindo eficiência, segurança e qualidade na comunicação.

7.2. Diante das necessidades colocadas pela área requisitante, entendemos que a solução a ser contratada no presente estudo é prover o emprego e uso do sistema/equipamentos na Presidência da República, pois se trata de uma de solicitação que requeria viabilidade técnica comprovada por testes em que envolveu a COTEL e a Assessoria Especial Internacional da Presidência da República atestando a viabilidade.

Catálogo eletrônico de padronização

7.3. Conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022, que instituiu o catálogo eletrônico de padronização, foi realizada consulta no site <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>, portanto não foi considerada contratação prevista na referida Portaria, por não existir itens padronizados que contemple esta solução.

Ciclo de vida

7.4. A melhor proposta não é simplesmente a de menor preço, mas é aquela que melhor atende ao interesse público, considerando aspectos ambientais, inclusive seus ciclo de vida. Assim surge a importância e análise do ciclo de vida na inserção de critérios de sustentabilidade nos vários momentos do ciclo, desde os materiais utilizados e o modo de produção, passando pelo modo de distribuição, embalagem e transporte, até chegar no uso e por fim na disposição final.

7.5. Para esta solução foram analisados os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, como já foram levantadas e apresentadas exigências e práticas de sustentabilidade neste estudo técnico preliminar.

7.6. Para considerar o ciclo de vida da presente solução foram avaliados os custos que incidem durante sua vida útil. Assim, entre os objetivos do processo licitatório foram considerados: MENOR CUSTO - VANTAJOSIDADE - MAIOR CICLO DE VIDA, de forma que a vantajosidade para a Administração levou em conta o menor custo e conseqüentemente o maior ciclo de vida, conforme figura abaixo.



7.6.1. Por outro lado, os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de produtos eletrônicos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 3º do Decreto nº 10.936, de 2022, c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010).

7.6.2. Cabe salientar que ao ser considerada todas as fases do ciclo de vida da solução, a contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade, no que couber ao art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG.

Participação dos fornecedores

7.7. Não haverá reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar no 123/2006; e do Decreto 8.538/2015, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do princípio da padronização, descrito letra “a”, inciso V do art. 40 da Lei 14.133/2021, que impõe a compatibilidade de especificações técnicas entre os itens, de maneira uniforme, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

Qualificação técnica

7.8. Não será exigido qualificação técnica.

Qualificação econômica-financeira

7.9. Não será exigido qualificação econômica-financeira.

7.10. De acordo com o inciso III do Art. 70 da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a exigência de documentação de Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica, conforme disposto nos subitens 7.8 e 7.9.

7.10.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como um bem de entrega imediata, cuja natureza e especificidades não demandam análise aprofundada da capacidade técnica ou da saúde econômico-financeira da contratada. Não há riscos significativos que justifiquem tal exigência. Ademais, a ausência de obrigações continuadas garantem que eventuais impactos decorrentes de incapacidade técnica ou financeira sejam mínimos e plenamente gerenciáveis.

7.10.2. A dispensa da documentação está amparada em base legal e atende aos princípios da eficiência e economicidade que regem a administração pública, permitindo maior celeridade ao processo licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a qualidade do objeto a ser contratado.

Garantia de execução

7.11. Tendo em vista, que o fornecimento do objeto será em uma única parcela, não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021. Ademais, o Mapa de Riscos conterá previsibilidade de ação de contingência.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A análise da quantidade a ser contratada foi definida com base na demanda do Gabinete Pessoal da Presidência da República, conforme registrado no Processo SEI nº 00063.003152/2024-13, e está detalhada na tabela abaixo.

Item	Descrição/Especificação:	Unidade de medida	QTD.
1	Sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DWSYS1AIM.	Conjunto	04

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 550.000,00

9.1. O quadro abaixo demonstra o custo da estimativa do valor da contratação.

Item	Descrição/Especificação:	CATMAT	Unidade de medida	QTD.	Valor Unitário:	Valor Total:
1	Sistema Digi-Wave AIM (Módulo de Interpretação Avançada), da marca Williams AV, Part Number DWSYS1AIM	486229	Conjunto	04	R\$137.500,00	R\$550.000,00
Valor Total:						R\$550.000,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Conforme o inciso III do § 3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento da solução não será aplicado, uma vez que a contratação se fundamenta na necessidade de padronização do objeto e na exclusividade da solução.

10.2. Além disso, o quantitativo previsto para contratação deverá ser entregue em uma única remessa, considerando que se trata de um único item definido no processo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não foi evidenciado nenhuma contratação correlata e/ou Interdependente com a contratação/aquisição descrita neste estudo.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O objeto da contratação será inserido no PCA 2025, oportunamente, a ser aprovada pela Autoridade Competente, observando as disposições do inciso II do art. 15 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, abaixo transcrito:

"Art. 15. Durante o ano de sua elaboração, o plano de contratações anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:

I - no período de 15 de setembro a 15 de novembro do ano de elaboração do plano de contratações anual, para a sua adequação à proposta orçamentária do órgão ou da entidade encaminhada ao Poder Legislativo; e

II - na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual, para adequação do plano de contratações anual ao orçamento aprovado para aquele exercício". (grifo nosso)

12.2. A pretensa contratação está prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice Presidência da República - PDTI PR/VPR 2024/2027 publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação por meio da Resolução CGD/PR n.º 41, de 8 de outubro de 2024, bem como ao Plano de Logística Sustentável da Presidência da República (versão 2018).

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Manter, modernizar e disponibilizar recursos e soluções inovadoras na Presidência da República, assegurando qualidade, e ainda garantir a continuidade dos serviços prestados necessários ao cumprimento das metas institucionais, evitando a obsolescência de equipamentos críticos e a estagnação tecnológica.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não se aplica.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Os produtos e resíduos remanescentes, eventualmente gerados com a presente contratação, principalmente com a substituição de peças e insumos inservíveis, ou materiais a serem descartados, serão encaminhados à destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a Lei nº 12.305, de 2010 e o Decreto nº 10.936, de 2022, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação pretendida mostra-se ser técnica, econômica e estrategicamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida. Contudo, ressalta-se que possíveis informações não constantes nesse documento serão detalhadas com maior riqueza no Termo de Referência, e que esse documento visa apenas a demonstração da viabilidade de contratação da solução pretendida.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HERNANDO SOARES ARAUJO

Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 21/02/2025 às 15:44:08.

MARCELO FREIRE COSTA

Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 21/02/2025 às 14:46:59.